

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 41

Acerca do estado de defesa, situação que se caracteriza pela adoção de medidas de exceção com vistas à preservação ou ao pronto restabelecimento da ordem ou da paz social ameaçadas, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O juízo de conveniência e oportunidade quanto à sua decretação compete ao presidente da República, ouvindo-se antes o Congresso Nacional, cuja manifestação é obrigatória, sob pena de inconstitucionalidade da medida, todavia não vinculativa.
- ❷ A existência de uma greve de determinada categoria, ainda que prolongada no tempo e evidenciando abusos cometidos por trabalhadores, com sérios transtornos à população, não pode ser considerada uma ameaça à ordem ou à paz social que justifique a pronta decretação do estado de defesa.
- ❸ No estado de defesa, só podem ser adotadas as medidas coercitivas previstas no texto constitucional, como, por exemplo, restrições aos direitos de sigilo de correspondência e de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica. É defesa, no entanto, nesse período de anormalidade institucional, a incomunicabilidade do preso, sob qualquer pretexto.
- ❹ O estado de defesa está sujeito a controle sucessivo ou *a posteriori* pelo Congresso Nacional, não havendo, entretanto, previsão constitucional para a existência de controle político concomitante.
- ❺ Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa jamais poderá ser superior a dez dias, hipótese em que o ato de constrangimento será ilegal e passível de controle jurisdicional por via de *habeas corpus*.

#### QUESTÃO 42

O decreto do estado de sítio indicará a sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas. Depois de publicado, o presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas. Quanto a esse estado de legalidade extraordinária, julgue os seguintes itens.

- ❶ Diferentemente do estado de defesa, que necessariamente se restringe a localidades específicas, o estado de sítio pode ser instaurado de forma a abranger todo o território nacional.
- ❷ Na vigência do estado de sítio, as pessoas poderão ser obrigadas a permanecer em localidade determinada.
- ❸ Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro do prazo de cinco dias, a fim de apreciar o ato. O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.
- ❹ Durante o estado de sítio, poderá haver restrições quanto à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas, mesmo que liberada pela respectiva Mesa.
- ❺ Cessado o estado de sítio, cessarão também os seus efeitos, sem prejuízo da responsabilidade pelos ilícitos cometidos por seus executores ou agentes. Para tanto, as medidas aplicadas em sua vigência serão relatadas pelo presidente da República em mensagem ao Supremo Tribunal Federal (STF), com especificação e justificação das providências adotadas, com relação nominal dos atingidos e indicação das restrições aplicadas.

#### QUESTÃO 43

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio dos órgãos elencados na Constituição da República de 1988. A respeito da manutenção dessa ordem pública interna, julgue os itens abaixo.

- ❶ Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia ostensiva e a apuração de infrações penais, excluindo-se as militares.
- ❷ À Polícia Federal cabem, entre outras previstas na Constituição da República, as funções de prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, bem como o contrabando, inserindo-se a prevenção e a repressão do descaminho nas atribuições das polícias militares.
- ❸ A Constituição da República conferiu aos municípios a possibilidade de constituição de guardas municipais destinadas tão-somente à proteção de seus bens, serviços e instalações, não lhes sendo facultado o exercício das funções de polícia ostensiva ou judiciária.
- ❹ Compete à União, e não ao governo do Distrito Federal (DF), organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros no âmbito do DF.
- ❺ As funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras serão exercidas pela Polícia Federal.

**QUESTÃO 44**

A defesa nacional pode ser compreendida como o estado de garantia que se proporciona à Nação, objetivando a consecução, sob a ordem jurídica vigente, dos seus objetivos nacionais. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O Conselho de Defesa Nacional é, sabidamente, órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático, dele fazendo parte, na qualidade de membros natos, entre outros, o vice-presidente da República, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal, o ministro da Justiça e o ministro-presidente do STF.
- ❷ É competência do Conselho de Defesa Nacional propor os critérios e as condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
- ❸ Poderá o presidente da República permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, independentemente da autorização do Congresso Nacional, para atendimento técnico, nas situações de abastecimento, reparo ou manutenção de navios ou aeronaves de origem estrangeira.
- ❹ Quanto à permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional, o ato de autorização do presidente da República sem a prévia manifestação do Congresso Nacional, nos casos em que esta se fizer necessária, implicará crime de responsabilidade.
- ❺ A permanência de forças estrangeiras no território nacional em missão de busca e salvamento só poderá ocorrer, ainda que caracterizada situação de emergência, se o quantitativo do contingente ou grupamento, bem como os veículos e equipamentos bélicos integrantes da força, tiverem sido previamente especificados.

**QUESTÃO 45**

As forças armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, que se destinam à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Quanto aos seus aspectos institucionais, organizacionais e funcionais, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A Marinha, o Exército, a Aeronáutica e o presidente da República integram as forças armadas.
- ❷ A Marinha, o Exército e a Aeronáutica dispõem, singularmente, de um comandante, nomeado pelo presidente da República, ouvido o ministro de Estado da Defesa, o qual, no âmbito de suas atribuições, exercerá a direção e a gestão da respectiva força.
- ❸ Compete ao Estado-Maior de Defesa elaborar o planejamento do emprego combinado das forças armadas, bem como assessorar o ministro de Estado da Defesa na condução dos exercícios combinados e em relação à atuação de forças brasileiras em operações de paz, além de outras atribuições que lhe forem estabelecidas pelo ministro de Estado da Defesa.
- ❹ Cabe à Aeronáutica, como atribuição subsidiária particular, prover a segurança da navegação aérea.
- ❺ A fixação e a modificação dos efetivos das forças armadas, para o tempo de paz, dependem de lei ordinária, de iniciativa do presidente da República ou de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

**QUESTÃO 46**

Acerca dos integrantes das forças armadas, hoje desvinculados do conceito de servidores públicos por força da Emenda Constitucional n.º 18/1998, julgue os itens seguintes.

- ❶ Não são assegurados ao militar da ativa o direito de greve e o de filiação a sindicatos, sendo-lhe reconhecido tão-somente o direito de filiar-se a partidos políticos.
- ❷ O militar da ativa que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei.
- ❸ Nas forças armadas, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, o ingresso de pessoal faz-se, em seus respectivos quadros, tanto pela via compulsória do recrutamento oficial quanto pela via voluntária do concurso público.
- ❹ Se o oficial-general indicado para o cargo de comandante da sua respectiva força estiver na ativa, ficará agregado ao respectivo quadro quando for empossado no cargo.
- ❺ Os cargos de oficial das forças armadas e de ministro de Estado da Defesa não são privativos de brasileiro nato.

**QUESTÃO 47**

Sobre a justiça militar, especializada em razão da matéria, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Em tempo de paz, o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do ministro de Estado da Defesa.
- ❷ Não caberá *habeas corpus* em relação ao mérito das penalidades disciplinares imputadas aos policiais militares dos estados e do DF.
- ❸ Compete ao STF processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- ❹ Se um oficial for condenado na justiça comum à pena privativa de liberdade por exatos dezoito meses, mediante sentença transitada em julgado, será imediatamente submetido a julgamento no âmbito da justiça militar, ocasião em que será decidida a sua permanência, ou não, nas forças armadas.
- ❺ À luz da Constituição da República de 1988, pode-se afirmar que a composição do Superior Tribunal Militar é mista, eis que nele atuam ministros nomeados dentre oficiais-generais das forças armadas, e ministros nomeados dentre civis.

**QUESTÃO 48**

Quanto ao serviço militar e à prestação civil alternativa, julgue os itens a seguir.

- ❶ O serviço militar é obrigatório, competindo às forças armadas, nos termos da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.
- ❷ Diferentemente do que ocorre com os eclesiásticos, para os quais o serviço militar continua sendo obrigatório, as mulheres ficam isentas do serviço militar em tempo de paz, sujeitas, porém, de acordo com as suas aptidões, a encargos do interesse da mobilização.
- ❸ Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, em substituição às atividades de caráter essencialmente militar. Só será admitida a prestação de serviço alternativo em organizações militares da ativa ou em órgãos de formação de reservas das forças armadas, mas jamais em órgãos subordinados a ministérios civis.
- ❹ Ao final do período de serviço alternativo, será conferido certificado de prestação alternativa ao serviço militar obrigatório, com os mesmos efeitos jurídicos do Certificado de Reservista.
- ❺ Se alguém invocar imperativo de consciência para não servir às forças armadas, recusando-se, ainda, ao cumprimento de prestação civil alternativa, sujeitar-se-á, findo o prazo previsto em lei, à penalidade de suspensão dos direitos políticos.

**QUESTÃO 49**

Existem três tipos de associações criminosas que fustigam a sociedade e transmitem a sensação de insegurança. São elas as associações mafiosas, as terroristas e as quadrilhas ou bandos. (...) A infiltração representa um instrumento para contrastar essas organizações criminosas. A polícia judiciária reserva-se a infiltração nas organizações mafiosas e nas quadrilhas ou bandos. Nas organizações terroristas, a infiltração é feita por agentes dos serviços de inteligência do Estado.

Infiltrações em organizações criminosas. In: Correio Braziliense, 14/9/2002 (com adaptações).

Considerando a temática abordada no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Entende-se como inteligência somente a atividade realizada fora do território nacional que objetive a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado. A contra-inteligência pode ser definida como a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa.
- ❷ A execução da política nacional de inteligência, fixada pelo Congresso Nacional, será levada a efeito pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo.
- ❸ O controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Judiciário, com o auxílio do Ministério Público.
- ❹ Considera-se agente infiltrado a pessoa que é introduzida, mediante a ocultação de sua verdadeira identidade, no seio de uma organização criminosas, com a finalidade de obter informações sobre ela e as suas mais variadas ações, para, em seqüência, promover a sua desarticulação. Pessoas estranhas aos organismos policiais e de inteligência não poderão agir, na condição de agentes infiltrados, em organizações criminosas.
- ❺ Em qualquer fase de persecução criminal, será permitido, como procedimento de investigação e formação de provas, o acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.

**QUESTÃO 50**

A Constituição da República de 1988 estruturou um sistema que combina competências exclusivas, privativas e principiologicamente com competências comuns e concorrentes, buscando reconstruir o sistema federativo segundo critérios de equilíbrio ditados pela experiência histórica.

José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 21.ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002, p. 475 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Segundo a Constituição da República de 1988, é competência da União, dos estados e do DF a edição de normas sobre defesa territorial, defesa aeroespacial e defesa civil.
- ❷ Compete privativamente à União legislar sobre direito marítimo.
- ❸ É competência privativa da União legislar sobre normas gerais de organização, efetivos, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.
- ❹ É competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- ❺ A União, os estados e o DF podem, à luz da Constituição da República, estabelecer normas sobre a organização das polícias civis, cabendo à União, no entanto, a primazia no que concerne à fixação das normas gerais relativas à matéria.

**QUESTÃO 51**

Com relação aos acordos e tratados de cooperação militar firmados ao longo da história brasileira, julgue os itens abaixo.

- ❶ No começo do século XX, os acordos internacionais de cooperação militar tinham por objetivo modernizar as forças armadas brasileiras.
- ❷ A primeira organização militar brasileira a receber uma missão de instrução militar foi a Força Pública do estado de São Paulo.
- ❸ A exemplo do Chile e da Argentina, o Exército Brasileiro recebeu uma missão de instrução militar alemã.
- ❹ Ao contrário do exército, a Marinha do Brasil intensificou as relações com a marinha norte-americana somente a partir da década de 40 do século passado.
- ❺ Um dos objetivos das missões militares estrangeiras era a reforma dos currículos das escolas militares.

**QUESTÃO 52**

A Segunda Guerra Mundial significou uma mudança na diplomacia militar brasileira. Em maio de 1942, o Brasil firmou um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos da América (EUA), que passou a ser o seu principal parceiro para a área militar. Com relação a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A referida aliança militar previa o desenvolvimento da capacidade militar brasileira em contrapartida do apoio brasileiro ao esforço de guerra norte-americano. Além disso, estabelecia um tratado de defesa do Brasil contra agressão intra e extracontinental.
- ❷ Os principais obstáculos ao acordo militar entre o Brasil e os EUA durante a Segunda Guerra Mundial incluíam as diferenças nas concepções estratégicas sobre as principais ameaças militares ao Brasil.
- ❸ Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o acordo de 1942 foi revogado, bem como foram extintas as comissões conjuntas destinadas a operacionalizá-lo.
- ❹ Em 1952, foi firmado um novo acordo de cooperação militar com os EUA. Nos moldes do acordo anterior, o Brasil receberia apoio técnico e material como contrapartida ao envio de tropas para combater na Coreia.
- ❺ A extinção do acordo militar Brasil-EUA no governo Geisel inaugurou uma nova fase na diplomacia militar brasileira.

**QUESTÃO 53**

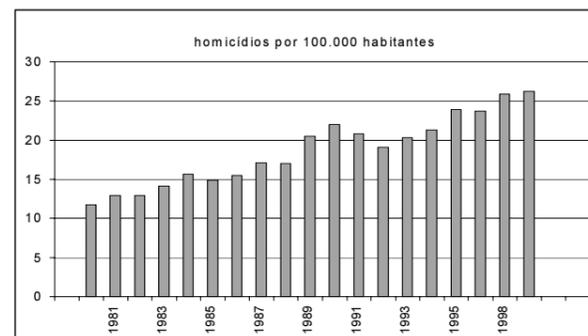
Em 1985, com o fim do ciclo dos governos militares, deu-se início a um processo de redimensionamento das relações entre civis e militares. Esse processo implicou algumas mudanças organizacionais nas forças armadas. Com relação a essas mudanças, julgue os itens abaixo.

- ❶ Do ponto de vista político, a criação do Ministério da Defesa visou a ampliação do controle civil sobre as atividades militares.
- ❷ A partir de 1985, verificou-se uma acentuada redução no orçamento das forças armadas. Mais que reflexo de uma recessão econômica, essa redução significou uma mudança política dos gastos militares.
- ❸ O papel das forças armadas foi redefinido pela Constituição da República de 1988. A estas couberam fundamentalmente as tarefas relacionadas à defesa externa do país.
- ❹ Durante a Assembléia Nacional Constituinte que iria elaborar a Constituição da República de 1988, foram discutidas inúmeras questões relativas às forças armadas. Entre elas estava a concessão de anistia aos militares cassados.
- ❺ O redimensionamento das relações civis-militares depende, em boa medida, do tipo de transição política. No caso brasileiro, pode-se dizer que houve uma transição negociada.

**QUESTÃO 54**

As relações entre civis e militares têm variado ao longo da história brasileira. A esse respeito, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Durante a República Velha, inúmeros oficiais tomavam partido de lideranças políticas regionais, o que caracterizava uma grande subordinação política de setores militares a essas lideranças.
- ❷ A partir da década de 30 do século XX, a influência política nos assuntos internos das forças armadas acentuou-se. Em parte, isso pode ser explicado pela política centralizadora de Getúlio Vargas.
- ❸ O período de 1946 a 1964 foi marcado pela quase ausência de participação dos militares na vida política nacional.
- ❹ A intervenção política de 1964 significou uma ruptura no padrão de relações entre civis e militares no século XX. Pela primeira vez, as forças armadas passaram a conduzir a arena política.
- ❺ A Nova República caracterizou-se pelo estabelecimento de um alto grau de controle civil sobre os militares.

**QUESTÃO 55**

O gráfico acima mostra a evolução das taxas de homicídios no Brasil nas últimas décadas. Com auxílio do gráfico e a respeito da violência no Brasil, julgue os seguintes itens.

- ❶ O crescimento da violência nas duas últimas décadas é um fenômeno essencialmente urbano.
- ❷ As regiões Sudeste e Sul são as que apresentam maiores taxas de homicídios.
- ❸ O crescimento da criminalidade está estreitamente relacionado à recessão econômica e ao aumento da desigualdade social.
- ❹ No Brasil, a violência é uma constante nas relações interpessoais e está associada à fragilidade dos mecanismos políticos e sociais de administração de conflitos.
- ❺ O grupo etário jovem é o mais afetado pela violência letal.

**QUESTÃO 56**

O uso de dados estatísticos é um instrumento importante na análise da criminalidade. As principais fontes de dados sobre violência são os registros das secretarias estaduais de segurança pública, os boletins de óbitos do Ministério da Saúde e as pesquisas de vitimização. A esse respeito, julgue os itens abaixo.

- ❶ No Brasil, a legislação atribui ao Ministério da Justiça competência para sistematizar e divulgar as estatísticas sobre criminalidade.
- ❷ Um dos problemas dos dados das secretarias estaduais de segurança pública diz respeito ao fenômeno das cifras ocultas. O uso de pesquisas de vitimização tem sido defendido como forma de minimizar o problema.
- ❸ A comparação dos dados de criminalidade no Brasil é uma atividade complexa porque cada estado usa tipos penais diferentes para classificar os crimes.
- ❹ Entre as inúmeras medidas previstas no Plano Nacional de Segurança Pública, consta o aperfeiçoamento do sistema de informações sobre criminalidade.
- ❺ Atualmente, o Ministério da Saúde possui os registros mais completos sobre os diferentes tipos de criminalidade.

**QUESTÃO 57**

O fenômeno da criminalidade está relacionado ao funcionamento dos mecanismos de controle social existentes em uma sociedade. Esses mecanismos incluem o aparato policial, as políticas urbanas e sociais, bem como os valores existentes em uma sociedade. A partir desse contexto, julgue os itens seguintes.

- ❶ Os linchamentos são fatos sociais relacionados ao conceito de vigilantismo, segundo o qual a sociedade descrente da capacidade estatal toma para si a função de controle social coercitivo.
- ❷ A segregação espacial foi utilizada tradicionalmente no Brasil como forma de controle social. A partir da década de 60 do século XX, surgiram as primeiras favelas nas grandes cidades brasileiras como resultado do êxodo rural.
- ❸ O aumento das atividades do narcotráfico, a partir de meados da década de 80 do século passado, agravou os problemas de criminalidade vividos por algumas das capitais brasileiras.
- ❹ Na década de 80 do século XX, verificou-se o surgimento da violência rural em função do agravamento do conflito fundiário.
- ❺ No que se refere ao controle social, cabe apenas ao Estado o controle coercitivo.

**QUESTÃO 58**

No Brasil, a pesquisa e o desenvolvimento de material bélico têm suas origens no século XIX. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XX que a indústria bélica brasileira ganhou forte impulso. Com relação à indústria bélica brasileira, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O crescimento da indústria bélica nacional deveu-se em grande parte ao papel do Estado como indutor desse processo, principalmente a partir da década de 60 do século passado.
- ❷ As universidades brasileiras desempenharam papel fundamental na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia de uso militar.
- ❸ Os setores de ciência e tecnologia da Marinha, do Exército e da Aeronáutica organizaram-se de forma bastante diferente. Enquanto os dois últimos optaram por concentrar as atividades do setor no CTEX e no CTA, a Marinha preferiu estabelecer uma estrutura descentralizada de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- ❹ O avião Bandeirantes, desenvolvido pela EMBRAER na década de 70 do século XX, foi um dos primeiros de tecnologia militar brasileira a alcançar sucesso no mercado internacional.
- ❺ O veículo blindado sobre rodas Cascavel, desenvolvido pela ENGESA, foi vendido para inúmeros países da América Latina e da Ásia.

**QUESTÃO 59**

Durante a década de 80 do século passado, a indústria bélica brasileira aumentou consideravelmente seu volume de exportações. Nesse período, o Brasil tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de material bélico. Acerca do mercado internacional de armamentos e da participação brasileira nesse mercado, julgue os seguintes itens.

- ❶ O crescimento da indústria bélica nacional deveu-se a convergência de condições favoráveis tanto no mercado internacional de armamentos quanto às condições políticas internas.
- ❷ O mercado internacional de armamentos tem tradicionalmente sido afetado por considerações políticas, econômicas e militares.
- ❸ Visando sanar o déficit tecnológico, o Brasil priorizou a importação de armamentos que permitissem a transferência de tecnologia militar.
- ❹ Pode-se dizer que as exportações brasileiras dos anos 80 do século XX caracterizaram-se pela venda de armamentos de baixa e média tecnologia direcionada principalmente aos países latino-americanos.
- ❺ No início da década passada, a indústria bélica nacional entrou em uma séria crise em função da drástica redução das compras de armamento feitas pelas forças armadas brasileiras.

**QUESTÃO 60**

Uma das prioridades no desenvolvimento de tecnologia de emprego militar é o programa espacial brasileiro. De forma geral, o programa inclui a fabricação de satélites, a construção e operação de uma base aeroespacial e o desenvolvimento de um foguete capaz de lançar cargas no espaço. Com relação ao programa espacial brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ❶ Diferente de outras tecnologias de emprego militar, o desenvolvimento de tecnologia aeroespacial não está sob responsabilidade única do Ministério da Aeronáutica.
- ❷ O programa Sonda visava desenvolver um foguete capaz de lançar pequenas cargas no espaço.
- ❸ O desenvolvimento do veículo lançador de satélites (VLS) é parte do programa espacial brasileiro. Apesar dos esforços, o cronograma do VLS encontra-se atrasado em função das dificuldades tecnológicas e financeiras.
- ❹ Enquanto o programa Sonda usou a base de testes da Barreira do Inferno — no Rio Grande do Norte —, o programa do VLS deverá usar a base de lançamentos de Alcântara – MA.
- ❺ Mesmo que houvesse interesse brasileiro, o VLS não poderia ter emprego militar.

**QUESTÃO 61**

Pode-se definir as instituições policiais como aquelas organizações destinadas ao controle social com autorização para usar a força, caso necessário. A partir dessa definição, julgue os itens seguintes.

- ❶ As forças armadas também são organizações autorizadas a usar a força no controle social. Entretanto, em um regime democrático, diferentemente das polícias, o fazem somente em circunstâncias extraordinárias e dentro de limites impostos pela lei.
- ❷ No Brasil, as guardas municipais, encarregadas da proteção de prédios públicos, não podem ser consideradas organizações policiais, uma vez que não têm autorização para empregar a força.
- ❸ Uma vez que são empregadas diariamente, as polícias não podem estar sujeitas aos limites impostos ao uso da força.
- ❹ A diferenciação entre forças armadas e polícia é uma tendência em vários países.
- ❺ Assim como o Brasil, países como Chile, Espanha, França e Itália possuem instituições policiais organizadas nos moldes militares.

**QUESTÃO 62**

No Brasil, algumas forças policiais tradicionalmente têm mantido estreitas relações com as forças armadas, especialmente o Exército. Com relação a esse tema, julgue os itens abaixo.

- ❶ No império, um dos primeiros comandantes do Corpo de Guardas Permanentes foi o tenente-coronel Lima e Silva, mais tarde conhecido como Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.
- ❷ Durante a Primeira República, as polícias estavam submetidas a um forte controle do Exército, que disciplinava as relações entre as polícias e os governadores.
- ❸ Na década de 60 do século XX, foi criada a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Ministério do Exército destinado à supervisão das atividades das polícias militares estaduais.
- ❹ Foi a Constituição da República de 1967 que, pela primeira vez, estabeleceu que as polícias militares estaduais eram forças auxiliares do Exército.
- ❺ Foi a Constituição da República de 1988 que estabeleceu o *status* de militar aos policiais militares estaduais.

**QUESTÃO 63**

No Brasil, embora existam organizações policiais federais como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, a maior parte do trabalho de polícia é realizado pelas polícias civis e militares estaduais. Nesse sentido,

- ❶ somente as organizações policiais federais realizam o ciclo completo de policiamento.
- ❷ apesar de serem mantidas e organizadas pelos estados, as polícias civis e militares somente podem ser modificadas ou extintas com autorização do Congresso Nacional.
- ❸ compete às polícias militares realizar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.
- ❹ cabe às polícias civis realizar o papel de polícia judiciária.
- ❺ as polícias no Distrito Federal (DF), são organizadas e mantidas pela União.

**QUESTÃO 64**

No que se refere às polícias, a relação entre a União e os estados-membros da federação tem variado bastante. Com relação a esse tema, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Durante o Estado Novo, as polícias civis estaduais estavam submetidas ao controle do chefe de polícia do DF.
- ❷ Durante a Primeira República, cabia ao governo federal nomear os chefes de polícia estaduais.
- ❸ A reforma do Código Penal de 1841, redefinindo as atribuições do juiz de paz, significou um movimento de centralização política, fortalecendo os poderes do governo central em relação às lideranças políticas estaduais.
- ❹ Hoje, a nomeação dos comandantes gerais das polícias militares deve ser aprovada pelo ministro do Exército.
- ❺ Atualmente, cabe à Secretaria Nacional de Segurança Pública controlar os efetivos e os orçamentos das polícias civis e militares estaduais, bem como das demais forças policiais federais.

**QUESTÃO 65**

Considerando que o controle da atividade policial é fundamental para a consolidação do estado democrático de direito, julgue os itens abaixo.

- ❶ O controle externo das organizações policiais é realizado pelas corregedorias de polícia.
- ❷ Embora caiba aos secretários estaduais de segurança pública o estabelecimento das diretrizes para as políticas públicas da área, o planejamento e a implantação dessas diretrizes competem exclusivamente às organizações policiais.
- ❸ Os manuais de instrução policial são peças importantes no controle das polícias, uma vez que estabelecem critérios de conduta e de avaliação para a atividade policial.
- ❹ No que se refere ao controle da atividade policial, a diminuição do poder discricionário das polícias é um ponto importante.
- ❺ As primeiras ouvidorias de polícia foram implantadas a partir da década passada.

**QUESTÃO 66**

As primeiras organizações policiais brasileiras foram criadas no início do século XIX. Desde então, a estrutura das organizações policiais tem sofrido inúmeras modificações. Acerca dessas organizações, julgue os itens abaixo.

- ❶ A partir do período republicano, estabeleceu-se uma polícia civil e outra militar nos estados para conferir maior eficiência ao controle social urbano e rural.
- ❷ A separação das funções de polícia e judiciais ocorreu com a reforma do código penal de 1871.
- ❸ A Constituição da República de 1967 extinguiu as guardas civis e estabeleceu que cada estado contaria com uma polícia civil e outra militar.
- ❹ Embora varie bastante quanto a sua estrutura, o corpo de bombeiros militar está organizado como uma instituição autônoma das polícias em todos os estados.
- ❺ Nos estados, os órgãos de perícia criminal fazem parte da estrutura das polícias civis.

**QUESTÃO 67**

Com respeito ao pensamento estratégico brasileiro, que tem sido formado a partir de inúmeras escolas e universidades brasileiras, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada no final da década de 40 do século passado, nos moldes do *War College* e do *Industrial College* norte-americanos.
- ❷ Inicialmente, os cursos da ESG eram freqüentados exclusivamente por militares. Mais tarde, passaram a ser aceitos alunos civis.
- ❸ O objetivo da ESG era difundir estudos de táticas e estratégias militares.
- ❹ Atualmente, além da ESG, o pensamento estratégico é debatido em diversas outras instituições civis.
- ❺ Pode-se dizer que uma das maiores deficiências no que concerne ao pensamento estratégico brasileiro é o reduzido número de especialistas no assunto.

**QUESTÃO 68**

Os primeiros estabelecimentos de ensino militares foram criados no século XIX. Desde então, o ensino militar brasileiro tem sido ministrado em inúmeras escolas, academias e institutos de ensino. A respeito do ensino militar brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ❶ A presença de missões militares de instrução, no começo do século XX, alterou substancialmente o ensino militar no Brasil.
- ❷ Atualmente, só é possível ingressar na carreira de oficial das forças armadas brasileiras por meio de uma das academias militares das três forças.
- ❸ Desde a década de 80 do século XX, as mulheres vêm sendo aceitas em todas as escolas militares brasileiras.
- ❹ O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) são parte do setor de ciência e tecnologia da Aeronáutica e do Exército, respectivamente, e destinam-se à capacitação de civis e militares.
- ❺ Qualquer brasileiro pode ser oficial das forças armadas.

**QUESTÃO 69**

Quanto a aspectos ligados à segurança nacional no âmbito da região amazônica, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A construção da Rodovia Transamazônica tinha entre seus objetivos estratégicos propiciar meios para a ocupação física do espaço amazônico.
- ❷ O projeto Calha-Norte, destinado a melhorar o controle de fronteiras na região amazônica, não previa o aumento dos efetivos militares na região.
- ❸ O projeto SIVAM, que prevê o aumento da capacidade de vigilância sobre a região amazônica, é essencialmente um projeto militar.
- ❹ A preocupação com a segurança da região amazônica surgiu a partir da década de 60 do século passado, com a descoberta de importantes reservas minerais na região.
- ❺ O controle do tráfego aéreo na Amazônia brasileira é uma das medidas do projeto SIVAM.

**QUESTÃO 70**

A jurisdição da justiça militar varia de acordo com o país. Enquanto alguns países procuram restringir ao máximo as competências das cortes militares, outros adotam uma jurisdição militar bastante ampla. No Brasil,

- ❶ a jurisdição da justiça militar é determinada pela definição de crime militar.
- ❷ embora a justiça militar seja um dos ramos mais antigos do Poder Judiciário, o primeiro código penal militar foi promulgado somente na década de 60 do século XX, durante o regime militar.
- ❸ durante o regime militar, a jurisdição da justiça militar foi ampliada para julgar civis acusados de crimes políticos.
- ❹ além de uma legislação penal militar, existe também uma legislação processual penal militar.
- ❺ desde a República, os crimes dos policiais militares têm sido de competência da justiça militar.

**QUESTÃO 71**

No Brasil, além da justiça militar federal, cada estado também possui uma justiça militar. Nesse sentido, julgue os itens subsequentes.

- ❶ A justiça militar estadual foi criada pela Constituição da República de 1967 e mantida pela Constituição de 1988.
- ❷ A justiça militar estadual está organizada em auditorias militares que são compostas por quatro oficiais da polícia militar e um juiz togado.
- ❸ Além das auditorias, existe em cada estado um tribunal militar estadual, destinado a servir como instância de recurso.
- ❹ Diferentemente do ramo federal, não existe um Ministério Público Militar estadual.
- ❺ Enquanto o Conselho Permanente de Justiça destina-se ao julgamento das praças, compete ao Conselho Especial de Justiça julgar os oficiais.

**QUESTÃO 72**

Quanto à atuação do Poder Judiciário no controle da violência policial no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Os policiais militares dos estados não estão sujeitos ao Código Penal Militar.
- ❷ O julgamento dos crimes de tortura que envolvam policiais militares é de competência da justiça civil.
- ❸ O julgamento dos homicídios dolosos cometidos por policiais militares são de competência da justiça civil.
- ❹ Nos casos de crimes militares, não compete ao Ministério Público proceder a investigações.
- ❺ Um policial civil e outro militar serão julgados por órgãos diferentes do Poder Judiciário, mesmo que tenham cometido o crime de abuso de autoridade.

**QUESTÃO 73**

Uma das principais atividades policiais é a condução dos inquéritos policiais. Com referência ao inquérito policial, julgue os seguintes itens.

- ❶ O inquérito policial é um procedimento administrativo e não judicial.
- ❷ As origens do inquérito policial remontam ao processo inquisitório do direito canônico português.
- ❸ A Constituição vigente estabelece que compete apenas à polícia civil conduzir os inquéritos policiais.
- ❹ O processo judicial deve ser precedido de um inquérito policial para a apuração dos fatos.
- ❺ Compete ao Ministério Público a fiscalização e a supervisão dos inquéritos policiais.

**QUESTÃO 74**

Com referência às inúmeras medidas adotadas no Brasil, a partir da década passada, para o controle da criminalidade, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Uma das principais medidas do Programa Nacional de Direitos Humanos foi a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- ❷ A criação da Secretaria Nacional Antidrogas fez parte do esforço para controlar a criminalidade.
- ❸ Por ser de âmbito federal, a investigação dos crimes relacionados ao narcotráfico e ao contrabando de armas é de competência exclusiva da Polícia Federal.
- ❹ A Operação Rio significou uma tentativa de integração entre os governos federal e estadual no controle da criminalidade no município do Rio de Janeiro.
- ❺ A Secretaria de Estado de Direitos Humanos foi criada para coordenar as ações na área de segurança pública.

**QUESTÃO 75**

Com relação ao controle dos movimentos de guerrilha no âmbito das preocupações relacionadas à segurança externa do Brasil, julgue os itens abaixo.

- ❶ As FARC são atualmente o principal movimento de guerrilha que enfrenta o Estado colombiano.
- ❷ O *Sendero Luminoso* é um movimento de contestação armada que operou intensamente no Peru até a década passada.
- ❸ O *Tupac Amaru* atuou principalmente na Amazônia boliviana.
- ❹ Na década de 70 do século XX, os *Montoneros* atuaram principalmente no Chile.
- ❺ Atualmente, os principais grupos de guerrilha latino-americanos operam na região amazônica.

**QUESTÃO 76**

Relata-se nesse trabalho o atual quadro de insuficiência e ineficácia do sistema carcerário brasileiro. Procurou-se analisar a estrutura atual dos presídios no Brasil. Verificou-se que o ingresso de recursos no Fundo Penitenciário Nacional, correspondente às fontes previstas no art. 2.º da Lei Complementar n.º 79/1994, mostrou a evolução da arrecadação das receitas e das dotações orçamentárias da União, de 1994 até 2001, desde a criação do Fundo, no montante de R\$ 991,69 milhões, quase um bilhão. Esse montante foi destinado quase exclusivamente à construção de presídios. Muito pouco foi despendido na ressocialização dos presos e das respectivas famílias. (...)

Outro fato importante é reconhecer que os filhos e filhas que nascem no cárcere, assim como aqueles que estão nas instituições para recuperação de menores, perderam os laços familiares ou têm famílias desestruturadas. Dessa forma, deve-se acompanhar o nascimento das crianças geradas nos presídios e aquelas cujas mães estejam presas, para que não estejam no futuro encarceradas, causando mais prejuízos ao país. Recuperar-lhes a auto-estima e aprimorá-los intelectualmente é dever do Estado para inseri-los na sociedade, para que possam tornar-se parecidos com os que tiveram uma vida familiar estruturada ou que tiveram capacidade de não ser mero produto do meio.

TCU. Parecer prévio sobre as contas do governo, exercício de 2001. DOU, 29/7/2002.

Considerando o texto acima, e tendo em vista o sistema constitucional vigente, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A Constituição da República outorga o direito de a mulher permanecer com o filho no sistema penitenciário, no período de amamentação da criança; todavia, o STF assentou o entendimento de que tal norma somente se aplica à criança concebida durante o cumprimento da pena.
- ❷ Consoante dispositivos constitucionais expressos, a pena deve ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado, não podendo a pena passar da pessoa do condenado, sendo que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem estender-se aos sucessores até o limite do valor do patrimônio transferido.
- ❸ Pelo fato de a segurança pública ser dever do Estado, a mera ocorrência de crime acarreta a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito público pelos danos materiais e morais dele advindos, salvo se comprovada a culpa exclusiva de terceiro.
- ❹ As leis complementares tratam de matérias que expressamente a Constituição diz serem próprias dessa espécie normativa, caracterizando-se ainda por um processo de elaboração especial em que se exige a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional em sessão conjunta, presidida pelo presidente da Câmara dos Deputados.
- ❺ O direito constitucional de livre manifestação do pensamento não exclui a punição penal, nem a repressão administrativa de material impresso, fotografado, irradiado ou divulgado por qualquer meio, para divulgação pornográfica ou obscena, mormente quando envolve exploração sexual de crianças e adolescentes.

**QUESTÃO 77**

Um deputado distrital apresentou à Câmara Legislativa do DF um projeto de lei atinente à segurança pública, com o seguinte conteúdo: (a) a organização administrativa da segurança pública e das polícias civil e militar do DF; (b) a inclusão no conceito de segurança pública da vigilância dos estabelecimentos penais, sendo encarregada dessa atividade a ali denominada “polícia penitenciária”; (c) o estabelecimento da remuneração e das vantagens dos policiais civis e militares integrantes das carreiras; (d) a possibilidade de livre escolha, pelo secretário de segurança pública, de pessoas de sua confiança para o exercício da função de delegado de polícia responsável pela direção da polícia civil; (e) a criação de uma taxa para financiar as atividades de segurança pública no DF.

Em face dessa situação hipotética e considerando a ordem constitucional vigente, julgue os itens seguintes.

- ❶ Há incompatibilidade entre as disposições a que se refere a letra “(a)”, acima, e a Constituição da República, que estabelece ser competência exclusiva da União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do DF.
- ❷ A inclusão no conceito de segurança pública da vigilância dos estabelecimentos penais e a atribuição dessa atividade à “polícia penitenciária” é compatível com a Constituição da República que enumera, mas não exaustivamente, os órgãos policiais encarregados da segurança pública.
- ❸ O estabelecimento da remuneração e das vantagens dos integrantes das carreiras civis e militares está em conflito com dispositivo da Constituição da República, aplicável aos estados e ao DF, que encerra o princípio de que cabe ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre vantagens de militares e de servidores civis do Poder Executivo.
- ❹ O dispositivo a que se refere a letra “(d)”, acima, está em harmonia com a Constituição da República, que não dispõe expressamente que as polícias civis devem ser dirigidas por delegados de polícia de carreira.
- ❺ A norma a que alude a letra “(e)”, acima, colide com disposições da Constituição da República, uma vez que, sendo a segurança pública dever do Estado e direito de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, essa atividade só pode ser sustentada pelos impostos, e não por taxa.

**QUESTÃO 78**

Um estado-membro da Federação editou, em 1994, medida provisória tornando obrigatório o uso de cinto de segurança e proibindo o transporte de menores de dez anos de idade no banco dianteiro de veículos nas vias públicas daquele estado, além de permitir a autorização provisória a menores de dezoito e maiores de dezesseis anos de idade para dirigir veículos automotores.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, à luz da ordem constitucional vigente.

- ❶ A lei padece de vício de inconstitucionalidade por invasão da competência reservada à União pela Constituição da República, que dispõe competir privativamente à União legislar sobre trânsito.
- ❷ O estado-membro somente pode legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União se houver autorização por meio de lei ordinária federal.
- ❸ A Constituição da República estabelece que é competência comum da União, dos estados, do DF e dos municípios estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- ❹ A Constituição da República proíbe expressamente os menores de dezoito anos de idade de dirigir veículos automotores.
- ❺ O STF decidiu que o governador do estado tem competência para editar medidas provisórias, desde que essa possibilidade esteja prevista na Constituição Estadual; todavia, essa decisão da Corte Suprema tem eficácia apenas *ex nunc*.

**QUESTÃO 79**

O procurador-geral da República representou ao STF, pleiteando intervenção federal em determinado estado-membro da Federação, com o propósito de assegurar a observância dos direitos da pessoa humana, em face de fato criminoso praticado com extrema crueldade indicar a inexistência de condição mínima, naquele estado, para assegurar o respeito ao primordial direito da pessoa humana, que é o direito à vida.

Diante dessa situação hipotética e considerando o sistema constitucional vigente, julgue os itens que se seguem.

- ❶ É possível o conhecimento da representação pelo STF, por seu fundamento, qual seja, a alegação pelo procurador-geral da República de inobservância pelo estado-membro de princípio constitucional sensível, atinente aos direitos da pessoa humana.
- ❷ É cabível a admissibilidade da representação ante a legitimidade ativa e competência exclusiva do procurador-geral da República para representar ao STF, pleiteando a intervenção federal, no caso de inobservância, pelo estado-membro, de algum dos seguintes princípios constitucionais: forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta; aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- ❸ A intervenção federal configura-se como providência restritiva da autonomia do estado-membro, sendo medida de caráter excepcional, em face do princípio federativo, consagrado pela Constituição da República.
- ❹ No caso de provimento, pelo STF, da representação do procurador-geral da República, a intervenção dependerá da edição de lei ordinária federal ou de medida provisória editada pelo presidente da República, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor.
- ❺ No caso de não provimento, pelo STF, da representação do procurador-geral da República, é cabível àquela corte determinar ao presidente da República que decrete a intervenção da Polícia Federal na apuração dos fatos, em substituição à Polícia Civil do Estado, medida que não fere o princípio da autonomia do estado-membro na organização dos serviços de justiça e segurança, estabelecido na Constituição da República.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada pela Câmara dos Deputados para investigar o narcotráfico, decidiu adotar os seguintes procedimentos: decretar a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico de três pessoas sob investigação; informar ao investigado, convocado para depor, que seria decretada a sua prisão, caso se recusasse a responder a perguntas cujas respostas entenda pudessem incriminá-lo; convocar um juiz federal para depor sobre decisão judicial que adotou; arguir um advogado a respeito de informações confidenciais resultantes de suas relações com um cliente.

Nessa situação hipotética e considerando a ordem constitucional vigente, julgue os itens seguintes.

- ❶ A Constituição da República, ao outorgar às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, claramente delimitou a natureza de suas atribuições institucionais, restringindo-as ao campo da indagação probatória, o que exclui outras prerrogativas que se incluem ordinariamente na esfera de competência dos magistrados e tribunais como, por exemplo, punir delitos.
- ❷ O princípio constitucional da reserva de jurisdição não impede a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico de qualquer pessoa sujeita a investigação pelo Poder Legislativo Federal, legitimamente decretada por CPI, por efeito de expressa autorização dada pela própria Constituição da República, desde que esse órgão estatal o faça mediante deliberação adequadamente fundamentada e na qual indique a necessidade objetiva da adoção dessa excepcional ruptura da esfera de privacidade das pessoas.
- ❸ A circunstância de os poderes investigatórios de uma CPI serem essencialmente limitados respalda a conclusão no sentido de que essas comissões não podem desrespeitar o privilégio contra a auto-incriminação, que assiste a qualquer indiciado ou testemunha, nem decretar a prisão de qualquer pessoa, exceto nas hipóteses de flagrante delito.
- ❹ A convocação de juiz para depor em CPI da Câmara dos Deputados sobre decisão judicial não caracteriza ingerência indevida de um poder em outro.
- ❺ O direito do advogado ao sigilo profissional no que concerne às informações confidenciais obtidas no relacionamento com os seus clientes não é oponível à uma CPI da Câmara dos Deputados.